

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de MATERIAL MÉDICO, para atender as necessidades da Clínica de Repouso Santa Lúcia (sob intervenção administrativa municipal) pelo período de 06 (seis) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitante: Gerência de Saúde Mental;

1.3. Fundamentação legal: Pregão Eletrônico via Registro de Preços, nos termos da Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;

1.4. Período: 06 (seis) meses a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços;

1.5. Tipo: Menor preço unitário;

1.6. Caso haja DIVERGÊNCIA entre o descritivo dos itens no edital licitatório e no portal COMPRASNET do governo federal, PREVALECERÁ O DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL LICITATÓRIO.

2. DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

CAT MAT	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.
348807	1	Abaixador de língua – pct. C/ 100 unid	PCT	100
439800	2	Agulha Descartável 13 X 4,5 cx c/ 100 unid/Bisel simples com afiação adequada/Cânula siliconizada/Canhão com encaixe para seringas de bico slip ou luer lock. (Solicitar amostra para aprovação)	CX.	3
468908	3	Agulha Descartável 25 X 7 cx C/ 100 Unid./ Bisel simples com afiação adequada/Cânula siliconizada/Canhão com encaixe para seringas de bico slip ou luer lock. (Solicitar amostra para aprovação)	CX.	3



397511	4	Agulha Descartável 40 X 12 cx C/ 100 Unid./ Bisel simples com afiação adequada/Cânula siliconizada/Canhão com encaixe para seringas de bico slip ou luer lock. (Solicitar amostra para aprovação)	CX.	3
279727	5	Algodão bola – pacote 100g	PCT.	100
279726	6	Algodão hidrófilo 500g	ROLO	6
283964	7	Aparelho para barbear descartável	UND	100
444371	8	Atadura de crepom 20 cm x 1,80m em repouso – 4,5 m esticada – 13 fios / cm ² – 100% algodão – Alta resistência.	DUZIA	50
440565	9	Avental descartável manga longa confeccionado em 100% polipropileno, com tiras de ajuste internas e externas, tamanho único e punho em lastex, tecnologia ssms 30g/m ² . Atóxico, embalagem com 10 unidades.	PCT	250
410379	10	Bateria de lítio de 1.5 V – LR 44, para uso em termômetro clínico digital.	UND	15
428386	11	Caixa Coletora de Material Perfurocortante 13 litros	UND	100
437170	12	Dispositivo para acesso venoso periférico (tipo Scalp) – 21.	UND	150
437171	13	Dispositivo para acesso venoso periférico (tipo Scalp) – 23.	UND	150
462431	14	Equipo Macrogotas C/ Respiro Bacteriológico, filtro e Injetor Lateral	UND	60
436498	15	Esfigmomanômetro aneróide, com escala de 0 a 300 mm Hg, braçadeira de nylon com fixação por velcro para uso adulto, manguito e tubo de borracha com bomba insufladora (pera) e válvula para descarga de ar; Bolsa de nylon ou similar para guardar o aparelho, circunferência de braço recomendada para uso 18-35 cm.	UND	10
435624	16	Esfigmomanômetro, ajuste: analógico, aneróide, tipo : de braço, faixa de operação: até 300 mmhg, material braçadeira: braçadeira em nylon, tipo fecho: fecho em velcro, manguito e tubo de borracha com bomba insufladora (pera) e válvula para descarga de ar; Bolsa de nylon ou similar para guardar o aparelho, tamanho: adulto obeso	UND	2
446603	17	Espadrado impermeável 10 cm x 4,5 m – com capa.	ROLO	180
438928	18	Estetoscópio	UND	10
350646	19	Fita adesiva branca hospitalar – 19mm x 50m.	ROLO	100



269587	20	Gaze cortada 7,5 x 7,5 cm ESTÉRIL – 13 fios pct. 10 unid.	PCT	340
369204	21	Gaze cortada 7,5 x 7,5 cm NÃO ESTÉRIL – 13 fios pct. 500 unid.	PCT	6
413085	22	Lâmina de bisturi nº 21 – caixa com 100 unid.	CX.	3
352012	23	Lençol de papel 70 cm x 50m confeccionado em 100% de fibras naturais não transgênicas.	ROLO	40
388417	24	Luva cirúrgica estéril nº 7.	PAR	50
388414	25	Luva cirúrgica estéril – nº 7,5.	PAR	50
388413	26	Luva cirúrgica estéril – nº 8.	PAR	50
313654	27	Luva para procedimento de borracha nitrílica, confeccionadas em borracha sintética, ambidestra, não esterilizada, sem pó bioabsorvível. Tamanho P – caixa com 100 unid.	CAIXA	20
313653	28	Luva para procedimento de borracha nitrílica, confeccionadas em borracha sintética, ambidestra, não esterilizada, sem pó bioabsorvível. Tamanho M – caixa com 100 unid.	CX	20
313652	29	Luva para procedimento de borracha nitrílica, confeccionadas em borracha sintética, ambidestra, não esterilizada, sem pó bioabsorvível. Tamanho G – caixa com 100 unid.	CX	20
375935	30	Luva para procedimentos tam. P – caixa com 100 unid.	CX	50
443397	31	Luva para procedimentos tam. M – caixa com 100 unid.	CX	70
375934	32	Luva para procedimento tam. G – caixa com 100 unid.	CX	50
298538	33	Máscara de proteção N 95 (bico de pato).	UNID.	300
354096	34	Máscara descartável com clip – pacote com 50 unid. - Eficiência de filtragem bacteriana (EFB) maior que 95%, conforme norma da AORN – tripla camada com filtro – clips nasal de alumínio com 14cm de comprimento, solda eletrônica, resistentes. Fixadores elásticos laterais.	PCT.	180



466813	35	Pera para esfigmomanômetro	UNID.	5
332969	36	Restritor de pacientes - material: 100% algodão, pré-encolhido, largura: 10 cm, comprimento: 2,30 m, tipo: faixa de contenção, cor: com cor	PAR	16
439624	37	Seringa Descartável de 5ml; estéril; polipropileno, transparente com graduação nítida que não se desprende; embolo com pistão (borracha), deslizante; protetor plástico de agulha; embalada individualmente; com abertura asséptica; anel de retenção; Siliconização interna. Contendo externamente os dados de identificação, procedência, data da fabricação, validade, número do lote. Registro no MS. Bico Slip.	UND	300
439626	38	Seringa Descartável de 10ml; Estéril; polipropileno, transparente com graduação nítida que não se desprende; embolo com pistão (borracha), deslizante; protetor plástico de agulha; embalada individualmente; com abertura asséptica; anel de retenção; Siliconização interna. Contendo externamente os dados de identificação, procedência, data da fabricação, validade, número do lote. Registro no MS. Bico Slip.	UNID.	300
439627	39	Seringa Descartável de 20ml c/ agulha; estéril; polipropileno, transparente com graduação nítida que não se desprende; embolo com pistão (borracha), deslizante; protetor plástico de agulha; embalada individualmente; com abertura asséptica; anel de retenção; Siliconização interna. Contendo externamente os dados de identificação, procedência, data da fabricação, validade, número do lote. Registro no MS. Bico Slip.	UND	300
431085	40	Suporte para caixa de material perfurocortante – capacidade 13 litros; Confeccionado em aço com acabamento em pintura epoxi branca.	UND.	10
435801	41	Termômetro clínico digital, visor digital de fácil visualização, memória da última medição, 100% resistente a água e bateria de longa duração (substituível).	UND	10
428620	42	Touca com elástico feminina – Pct com 100 unidade – Gorro descartável, fabricado em 100% polipropileno, confeccionado em elástico especial em todo perímetro da touca, tamanho único ajustável a qualquer tamanho de cabeça, solda eletrônica e sem costura.	PCT.	6
441981	43	Oxímetro de dedo, faixa medição saturação 1: 0 a 100%, faixa medição pulso 1: cerca de 20 a 250 bpm, autonomia: cerca 24 h, alimentação: pilha	UNID.	3
389557	44	Aparelho de HGT - monitor portátil digital, tipo amostra: sangue capilar, faixa de operação: até 600 mg/dl, tempo resposta: até 10 s, memória: 250 a 500 testes. Componentes: com lancetas, tiras, acessórios: lancetador, solução controle.	UNID.	3



2.2. A referida aquisição se dará por estimativa, com base no Censo Clínico realizado entre 15/06/2021 a 30/06/2021, onde avaliou-se aspectos psicossociais, além de consulta realizada pela equipe de intervenção com profissional de enfermagem da própria Clínica Santa Lúcia em 09/08/2021 e ainda a análise de requisições de materiais médicos realizados para diversos dispositivos como CAPS II, ESF e HMRS;

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

3.2. No processo de construção e consolidação do Sistema Único de Saúde é possível apontar como uma de suas políticas mais bem sucedidas a de reforma da atenção em saúde mental.

3.3. A partir de um modelo anacrônico de atenção, centrado quase que exclusivamente no recurso à internação em hospitais psiquiátricos, no correr de pouco mais de uma década foi possível redirecionar a política de saúde mental para uma rede de cuidados extra-hospitalares de base territorial.

3.4. Os efeitos desta mudança são palpáveis não apenas no campo sanitário, com a sensível ampliação das possibilidades de acesso ao tratamento em saúde mental, mas alcançam ainda a dimensão mais ampla da cultura, com fortes efeitos na própria visão que a sociedade tem sobre a loucura.

3.5. O presente processo licitatório tem por finalidade assegurar o abastecimento da Clínica de Repouso Santa Lúcia, contribuindo, desta feita, com a oferta de condições mínimas necessárias para o bom e regular atendimento dos pacientes internados na Clínica de Repouso Santa Lúcia (sob intervenção administrativa municipal), pelo período de 06 (seis) meses.

3.7. Consoante as informações apresentadas pela Gerência de Saúde Mental às fls. 17/18, a presente contratação justifica-se pela necessidade de se obter meios para o devido cumprimento do Decreto Municipal nº 995 de 14 de maio de 2021, que dispõe sobre a intervenção administrativa junto a Clínica de Repouso Santa Lúcia, cabendo, dentre outras providências, a promoção de compras de equipamentos, medicamentos, insumos e demais suprimentos necessários ao devido cumprimento da intervenção.

3.8. O quantitativo dos materiais indicados no presente feito visa suprir a demanda da Unidade de Saúde pelo período de 06 (seis) meses e se dará através do sistema de registro de preços. Importante observar, que o quantitativo total apresentado pela Gerência de Saúde Mental concerne a uma estimativa de consumo, trata-se de um número variável e não absoluto. É certo que o sistema de registro de preços não vincula a obrigatoriedade do esgotamento da Ata registrada, mas tão somente a solicitação do quantitativo necessário e conveniente ao Requisitante, não havendo nesse sentido quaisquer prejuízos à Administração.

3.9. As especificações do objeto bem como seus respectivos quantitativos foram indicados pela equipe técnica da Unidade Requisitante, a qual se responsabiliza por todas as informações lançadas no presente, cabendo a servidora, que ora subscreve, apenas a reprodução dos aspectos formais consoante a legislação vigente.

3.10. Cabe listar a comissão responsável pela Intervenção Administrativa na Clínica de Repouso Santa Lúcia:

- Interventora – Helena Ventura Wambier – CPF: 179.512.927-02;
- Diretora Técnica – Vilma Ribeiro Dias – CPF: 694.812.617-00;
- Chefe de Enfermagem – Marina Brantes Almeida – CPF: 156.648.767-60;
- Diretor Administrativo – Wallace Ribeiro Carepa – CPF: 129.341.187-62;
- Diretor Médico: Pedro Gouveia Teixeira – CPF: 639.266.527-72;

3.11. Os membros da comissão acima listados não fazem parte do atual quadro de servidores do município, sendo absorvidos por modo de contratação de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA) após autorização ministerial (MPT-MPRJ) e da Procuradoria-Geral do Município pelo processo administrativo nº 019591/2021. O prazo máximo para duração da contratação por RPA se dá por 6 (seis) meses, ante o mesmo expirar será implementado por projeto de lei os referidos cargos no organograma.

3.12. O presente processo licitatório tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo de material médico apropriado, fornecendo condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento da Clínica.

4. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

4.1. Ante a adjudicação do objeto, as áreas técnicas das Unidades Requisitantes se reservam no direito de solicitar amostra do material, a fim de garantir sua qualidade.

4.2. Os interessados deverão apresentar amostras dos seguintes ITENS: 2, 3 e 4.

4.3. As amostras deverão estar devidamente identificadas com o nome do licitante, bem como apresentar informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e sua marca.

4.4. O prazo para apresentação da(s) amostra(s) será contado a partir da solicitação feita pelo Pregoeiro durante a sessão pública do Pregão.

4.5. A área técnica comunicará ao Pregoeiro se a amostra foi aprovada ou não. Caso não seja aprovada, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente.

4.6. A licitante deverá retirar a referida amostra no prazo de 02 (dois) dias, após a divulgação do resultado. Caso isto não ocorra, os produtos serão incorporados aos almoxarifados das respectivas unidades.

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. A entrega deverá ser fracionada conforme conveniência e necessidade das Unidades Requisitantes, com prazo de entrega não superior a 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, a qual indicará os itens, marca, os respectivos quantitativos e demais informações importantes a respeito da entrega dos materiais.

5.2. A entrega dos materiais deverá ser realizada na Av. Walter Machado Thedin, Km 72 - Mury, Nova Friburgo/RJ, 28615-315, de segunda-feira à sexta-feira, nos horários de 09h00min às 17h00min;

5.3. A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

5.4. Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

5.5. A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

5.5.1. Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;

5.5.2. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

5.5.3. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

6.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.



7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

7.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

7.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da obrigação.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto, previsto no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programas de trabalho, abaixo especificados:

8.1.1 Elemento de despesa: 33.90.30.08;

8.1.2. Fonte de recurso: 007;

8.1.3. Programa de Trabalho: 30001.10.302.0087.2.327;

8.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 -AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 c/c com o Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 c/c com o Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam válidas e regulares:

- 10.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 10.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 10.1.3. FGTS;
- 10.1.4. PGE- Referente a Dívida Ativa;
- 10.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 10.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

10.2. A Nota Fiscal de Venda deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

10.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

11.1. Não poderão participar do procedimento as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial (salvo nas condições estabelecidas no subitem 6.1.1 deste Termo de Referência), concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

11.2. As empresas em recuperação judicial poderão participar do referido procedimento desde que comprovada, ainda na fase de habilitação, sua viabilidade econômica, o que se dará através da apresentação da aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, conforme preleciona o art. 58 da Lei nº 11.101/2005.



11.3. Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

11.4. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12. 1 Caberá à Contratante:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizado local, data e horário;

12.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

12.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

12.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

13.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 10.1.

13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

13.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

13.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

13.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato.

13.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

13.8. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 02 horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.10. Acar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

14. MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

17.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surjam no curso da aquisição, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº. 2.271, de 1997.

17.2. Para acompanhamento e fiscalização da entrega dos presentes materiais, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
FERNANDA MEDEIROS RODRIGUES	468.036	GESTORA TITULAR
CERES LOURENÇO TEIXEIRA	062.195	GESTORA SUBSTITUTA
FELIPPE J. SCHENQUEL	062.101	SUPERIOR IMEDIATO
ELAINE GOMES	299.141	FISCAL TITULAR
EMANUELLI MACHADO M. LOPES	062.103	FISCAL SUBSTITUTO

17.3. O fiscal do contato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega do material, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da entrega do material.

17.5. A verificação da adequada entrega deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.



17.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

18. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

18.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos de cada unidade requisitante, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

19.2. Comete infração administrativa:

- 19.2.1. Apresentar documentação falsa;
- 19.2.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 19.2.4. Ensejar o retardamento da entrega do presente objeto;
- 19.2.5. Não manter a proposta;
- 19.2.6. Cometer fraude fiscal;
- 19.2.7. Comportar-se de modo inidôneo;

19.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.4. Com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei 8666/93, a Administração Pública poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:



19.4.1. Advertência;

19.4.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

19.4.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo de até cinco anos;

19.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

19.6. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente na lei n.º 9.784/99.

19.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20. DA RESCISÃO

20.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

20.2. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Termo de referência elaborado por:

Fernanda Medeiros Rodrigues
Gestão de Processos e Contratos



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E S A Ú D E

Processo nº 11458/2021

Folha nº

Rubrica: _____

Matrícula 468.036

Ratifico o presente termo de referência, nos termos do art. 6º, inciso III da lei federal Nº 8.666/93 em analogia ao art.7º, § 2º, inciso I da lei federal Nº 8.666/93, bem como autorizo ABERTURA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano

Secretária Municipal de Saúde

Matrícula 106.137